

tica

# Sarney avisa: não faz e não vai aceitar coação

**BRASÍLIA**  
**AGÊNCIA ESTADO**

O governo não pensa em obrigar ninguém a apoá-lo, sem querer. Faz isso, quem quiser romper com o presidente José Sarney, que o faça. Mas um ponto é definitivo: o presidente "não pode coagir, nem submeter-se à coação". Este foi o recado transmitido ontem à noite pelo porta-voz da Presidência da República, Antônio Frota Neto, que se negou a dizer claramente a quem era endereçada a mensagem. Mas desde cedo assessores já antecipavam que o Palácio do Planalto não deixaria sem resposta a ameaça do líder do PFL na Câmara, José Lourenço, que acenou "com a possibilidade de rompimento de seu partido com o governo, caso Sarney não efetivasse a reforma ministerial".

"O presidente não tem condições nem intenção de coagir e não pretende atuar contra a vontade de ninguém", insistiu Frota Neto, acrescentando que existe uma unidade e que ela deve ser preservada como base política do governo no processo de transição. Também ontem, o senador Marco Maciel, presidente nacional do PFL, esteve com Sarney, aquele pediu maior participação de seu partido no poder. Mas, ao contrário do que sugeriu José Lourenço, Maciel negou que seu objetivo fosse a reforma ministerial.

"O deputado José Lourenço é veemente, arrebatado e por isso é líder, mas naturalmente fez uma coligação de caráter pessoal", explicou Marco Maciel. De sua parte, ele ressaltou que prefere obedecer ao critério do diálogo, e foi isso o que disse que fez com o presidente Sarney. Não conversou sobre reforma do Ministério, não comentou o comportamento do PMDB e muito menos colocou os cargos do PFL à disposição. Ou seja, não rompeu com o governo.

porque acha que seu partido tem um papel importante na Aliança Democrática e precisa ajudar Sarney, dando-lhe sustentação política.

Maciel revelou que o presidente reconheceu que o PFL tem problemas para atuar com o governo e foi receptivo "no sentido de definir alguns objetivos que o partido está buscando". Sarney teria, assim, aprovado as considerações do senador, para que o PFL tem uma participação no governo inferior a sua representação no Congresso e ainda menor que o apoio incondicional que sempre presta às propostas oficiais. Só pode haver co-responsabilidade quando existe a co-participação, argumentou Maciel. Ele não detalhou o que pediu ao presidente da República, insinuando apenas que há muitas formas de respostas às reivindicações de seu partido. Uma deles é estabelecer programas e projetos comprometidos com os ideais pefelistas.

O tom moderador do presidente do PFL não foi seguido ontem por vários de seus liderados, que insistiram nas críticas contra o PMDB e nas exigências de maior fatia do poder. "O PMDB deve respeitar o presidente da República; os ministros devem saber que são ministros do presidente e não de seu partido, ou então que saiam do posto", disse o deputado Maurício Campos, do PFL mineiro. Para Walmir Campelo (PFL-DF), o partido majoritário "não pode ter dois discursos, um de oposição e outro de governo".

"O PFL quer participar da administração pública na proporção do apoio que empresta ao governo", afirmou o cearense Lúcio Alcântara, acrescentando que "o problema não é de cargos". Ele explicou que para seu partido, "do ponto de vista exclusivamente eleitoral, seria muito mais vantajoso ir para a oposição". Depois, o deputado admitiu que cabe ao presidente da República decidir o que convém "ao País e ao governo em termos administrativos".

PFL, segundo ele, tem responsabilidade na transição política, "que nos cumpre sustentar e garantir". Já para Aloísio Chaves, do PFL paraense, "por forças das circunstâncias, o presidente se converteu em prisioneiro do PMDB e não pode prescindir de seu apoio sem desestabilizar politicamente o governo". Mesmo assim, Sarney deve considerar que "há um novo PFL, provado nas urnas, que quer participar do governo".